

A LEITURA COMO MEIO DE EMPODERAMENTO FEMININO

Graziele Ferreira dos SANTOS¹
Maria Gabriela Arozio VIEIRA²
Eliana Izabel SCURCIATTO³

RESUMO

A leitura é um dos mais importantes fatores no empoderamento feminino. A mulher leitora passa a atuar na sociedade por assim adquirir conhecimentos que antes eram propriedade dos homens. Pelos textos de autores da área da história da leitura e da história da literatura, foi possível discutir a trajetória da mulher leitora. Este artigo tem por objetivo discutir as dificuldades enfrentadas pela mulher e sua relação com a educação em uma sociedade patriarcal e refletir sobre as mudanças em sua vida desde que se tornou leitora, sempre visando ao papel da leitura no processo de empoderamento feminino. O trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica. A leitura foi fator determinante na emancipação feminina. Ao adentrar o universo dos livros, restrito durante muito tempo aos homens, a mulher também passou a adquirir conhecimentos enciclopédicos e não apenas aqueles oriundos do cotidiano. Durante muito tempo, a participação social da mulher restringia-se aos cuidados do lar e dos filhos. Mesmo depois de adquirir o direito à escola, a mulher ainda enfrentou diversos percalços pelo caminho, foi com a leitura que ela se tornou crítica e questionadora sobre sua posição na sociedade em que vivia. Foi possível verificar que, após muitas batalhas, a mulher conquistou o direito a uma educação igual à do homem e a leitura foi uma das principais armas nessa conquista. Sua luta, porém, não terminou, já que atualmente vive-se em sociedades ainda marcadas pelo machismo.

Palavras-chave: Mulher. Educação. Empoderamento. Leitura.

1 INTRODUÇÃO

Sendo a leitura um meio de emancipação e libertação do indivíduo, neste artigo será discutida a trajetória do feminino após o empoderamento regido pela influência da leitura. O presente trabalho foi realizado através de revisão bibliográfica. Analisando algumas publicações de diversos autores da área da história da leitura e da história da literatura, foi abordado o percurso da mulher após tornar-se leitora.

Este artigo tem por objetivo analisar os problemas enfrentados pelas mulheres enquanto buscavam seus direitos e discutir a influência da leitura em sua convivência social, sempre enfocando a leitura como ferramenta de empoderamento feminino. O ato de ler sempre foi uma representação da liberdade à qual a mulher não tinha acesso. A trajetória das mulheres na sociedade sempre foi árdua, já que eram submetidas ao confinamento ao lar e à ignorância intelectual, fatores que contribuíram para que elas não tivessem acesso à leitura. E

¹ Graduada em Letras pelas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP – FUNEC, graziele_fds@hotmail.com

² Graduada em Letras pelas Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP – FUNEC, maria_632@hotmail.com

³ Docente das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul/SP – FUNEC, elianascurciatto@hotmail.com

para completar, as mulheres não tinham formação nenhuma, uma vez que os homens acreditavam que elas não precisavam estudar, pois iriam se casar para cuidar da casa, do marido e dos filhos.

Tudo isso foi estabelecido há muito tempo, quando a sociedade impôs uma imagem do que a mulher deveria ser, que foi e ainda é perpetuada pela mídia. Não só o ponto de vista feminino era o mesmo do homem, como também acreditavam que eram criadas unicamente para assumir o seu papel dentro do lar, a submissão era encarada com normalidade porque essa concepção foi alimentada de geração em geração.

A análise feita neste artigo é descrita a partir do século XIX, quando se começa a discutir sobre a educação da mulher no Brasil. Mesmo depois de legalmente ter acesso à educação, muitos ainda receavam educá-las e haviam diversos tabus acerca do tema. O maior medo era de que as mulheres se rebelassem contra aquelas condições que lhe foram impostas por tanto tempo. É possível confirmar os fundamentos desses receios visto que, conforme Aguiar e Bordini (1988, p. 10):

A ampliação do conhecimento que daí decorre permite-lhe compreender melhor o presente e seu papel como sujeito histórico. O acesso aos mais variados textos, informativos e literários, proporciona, assim, a tessitura de um universo de informações sobre a humanidade e o mundo que gera vínculos entre o leitor e os outros homens.

E é ao ser despertada para a leitura que a mulher passou a desenvolver um senso crítico, o que a tornou capaz de não mais aceitar cegamente ordens dos homens, uma vez que “a socialização dos indivíduos se faz, para além dos contatos pessoais, também através da leitura, que ele se defronta com produções significantes provenientes de outros indivíduos, por meio do código comum da linguagem escrita” (AGUIAR; BORDINI, 1988, p. 10). A partir dessas transformações, a mulher deu início ao seu processo de empoderamento e, depois que começou a ler, tornou-se consciente da sua situação e começou a questionar seu papel na sociedade.

2 LEITURA: DIREITO NEGADO ÀS MULHERES

Ler é transformar o mundo em conhecimento, crítica, autonomia, imaginação, diversão, tal como diz a máxima *Ler é viver*. Assim sendo, essa se adequa à finalidade aqui determinada: ler faz o ser humano pensar em outras possibilidades para a sua vida e aumenta seu senso crítico. Generalizando, a leitura é o caminho para uma identidade particular, que

desvia o leitor dos padrões pré-estabelecidos por seu grupo, tornando-o menos suscetível à manipulação da sociedade.

A leitura pode conduzir seu leitor a novas sociabilidades, a uma nova maneira de convivência, levando a uma democratização profunda no ser social. É por isso que o poder autoritário desenvolvia normas para controlar a linguagem e a distribuição e divulgação dos livros influenciadores. Os exemplos históricos existentes demonstram que a ameaça contida nos leitores intervencionados pelo ato de ler gerava medo nas pessoas detentoras do poder, pois elas receavam que os leitores fossem capazes de ameaçar e ocupar seu espaço conquistado na comunidade em que viviam.

Na perspectiva de Michèle Petit (2008), a leitura contribui para que o indivíduo se torne mais autor de sua vida, dono do seu destino e não um objeto de discurso dos outros. Faz com que ele seja diferenciado dos estereótipos conceituados por aqueles que são responsáveis pela sua exclusão. O que está em jogo na leitura não é apenas uma questão social, é uma ação democratizadora de uma determinada sociedade.

Desde os tempos antigos, a escrita e a leitura estiveram associadas ao poder. Ler e escrever eram poderes restritos, já que decidir o que seria registrado era disponível apenas para as classes dominantes. Até então, ler e escrever não eram direitos, eram privilégios. Os que não detinham esses privilégios não eram considerados detentores de nenhum tipo de poder, além disso, eles faziam parte de uma maioria que não possuía nenhum poder de decisão e não eram autorizados a fazer ou decifrar coisa alguma, essas regras se aplicavam tanto aos homens quanto às mulheres.

Há autores que ousavam defender a ideia de a classe média também adquirir esses poderes, como descrito a seguir:

[...] é importante que as classes menos favorecidas tenham acesso à cultura letrada, sob pena de se manterem as diferenças sociais. Isso quer dizer que, ao se valorizar todas as expressões culturais dominadas, não se está pretendendo limitar as classes populares ao conhecimento já adquirido no grupo. O que se propõe é abrir-lhes o leque de opções de modo a atuar efetivamente na vida social e não apenas como massa de manobra, uma vez que elas passam a ser capazes de jogar com as mesmas armas (AGUIAR; BORDINI, 1988, p. 12).

Foi com esse pensamento que os patriarcas do século XIX restringiram a leitura e negaram esse direito à mulher durante muito tempo. Apenas os homens podiam ler, as mulheres eram excluídas e acontecia isso exatamente pelo receio de que elas abandonassem suas funções, as quais eram ironicamente estabelecidas por eles por medo de perderem o controle e também pela forte influência machista que predominava na época.

Além disso, existiam outras razões para negar esse poder e elas eram variadas: havia desde quem duvidasse da capacidade intelectual feminina até quem acreditasse que a educação formal era só para os homens e que as mulheres deviam se contentar apenas com a vida doméstica. As instruções que recebiam consistiam em aprender a cozinhar, costurar, bordar e outros talentos que suas avós, mães, tias e escravas lhes ensinavam, distanciando o mundo feminino de uma educação formal. Se a vida pública também lhes era proibida, para que afinal investir em sua educação se iriam apenas cuidar das crianças e da casa? Impedi-las do acesso à educação era mais uma das formas de controlar as mulheres.

Muitos não aceitavam a ideia de educá-las e pensavam como Restiff de La Brettone, um novelista francês, citado por Petit (2008, não paginado):

Como essa pérola de misoginia, formulada por Restif de La Bretonne: “Seria preciso proibir que todas as mulheres tivessem acesso à escrita e à leitura. É um modo de restringir suas ideias e limitá-las aos cuidados úteis da casa; uma maneira de lhes inculcar respeito pelo primeiro sexo; os homens receberiam uma educação primorosa, enquanto as mulheres, não”.

Antes de 1827, as meninas só estudavam caso seus pais as mandassem para o exterior ou contratassem professores particulares. Havia também os conventos, para onde eram mandadas as meninas a fim de preservar sua moral e aprender os costumes religiosos. Mas essas eram as exceções, na grande maioria das famílias brasileiras do século XIX, o preconceito dos pais e dos maridos impedia as filhas e as esposas de aprenderem a ler e a escrever. Para que as meninas não lessem o que queriam e dali surtisses comportamentos inadequados, os pais simplesmente não as ensinavam a ler. Acreditavam que essa era a melhor forma de prevenir que as moças se desvirtuassem.

O que diferenciava um talento do outro não era apenas o ato biológico, mas também os valores estabelecidos para cada um na sociedade. Por exemplo, os homens deviam trabalhar fora e as mulheres deviam cuidar da casa e dos filhos, isso foi pré-estabelecido pelo povo tanto pela fala quanto pela prática diária e, com o tempo, foi tornando-se natural. Tanto que, da parte feminina não havia questionamentos, pois tinham sido criadas e educadas com a concepção de que deveriam ser submissas ao homem, uma vez que ele era tido como o chefe da família, aquele que era responsável por gerir a casa no aspecto econômico.

Entretanto, com o passar dos anos, a mulher conquistou seu espaço na sociedade e quebrou tabus, atos que a legitimaram na sociedade. Isso fez com que ela fosse conhecida como cidadã, assim ela pôde exigir seus direitos em relação à leitura e, então, a força feminina foi em busca do seu empoderamento.

3 O TERMO EMPODERAMENTO

O neologismo *empoderamento*, que é usado em diferentes áreas de pesquisa, aqui tem o significado na educação feminina de *emancipação social*. Esse termo foi ricamente definido por Paulo Freire e origina-se da palavra inglesa *empowerment*, que significa “dar poder” a alguém, este tem autoridade para mandar em outra pessoa sem precisar da aprovação de outro alguém. Entretanto, a expressão conceituada pelo educador brasileiro segue um caminho diferente. O ser empoderado tem ações próprias que o levam para evolução e fortalecimento individual.

Segundo o artigo “Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador” (2006), o dicionário Oxford define o termo como dar poder a alguém ou a algo (OXFORD, 1996 apud KAAS, 2006, não paginado). Já o dicionário American Heritage aborda um significado semelhante ao do educador: “*We want to empower ordinary citizens*”, ou seja, “Nós queremos empoderar cidadãos comuns” (AMERICAN HERITAGE, 2004 apud KAAS, 2006, não paginado).

O vocábulo faz do sujeito um ser passivo e não agente, enquanto que a expressão original torna o sujeito ativo, esse possui conquista e progressão, assim é o ser, grupo ou instituição empoderados. O significado dado por Freire agrega também a valorização da conquista, sendo um triunfo educacional.

Pode-se considerar que o empoderamento concebido por Paulo Freire é vinculado à ideia de libertação do oprimido, também idealizado pelo educador. Assim, o verbete pode ser visto como uma conquista de liberdade pelas pessoas que são oprimidas por alguém superior a elas. Assim sendo, a liberdade deve ser buscada por aqueles que se sentem oprimidos, só assim será conquistada.

Baseando-se nas ideias de Paulo Freire, adota-se em língua portuguesa a seguinte definição:

Implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição de ser construída. A estas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulse a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido de objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva (SCHIAVO; MOREIRA, 2005 apud KAAS, 2006, não paginado).

Ao explicar sobre as diferentes abordagens da crítica feminista, Zizani (2011, p. 4) diz que:

[...] pode constituir-se em ato de emancipação, no momento em que a linguagem for utilizada como ferramenta libertadora e não mais como instrumento de opressão. Isso ocorre quando a mulher se apropria da linguagem e passa a nomear o mundo a partir de seu ponto de vista.

Visto que empoderar-se significa libertar-se e é por meio da linguagem que essa liberdade é adquirida, então, pode-se dizer que as mulheres foram empoderadas através da leitura. A leitura mudou a história das mulheres. Houve melhoras em relação à prática social e ao ponto de vista. Relacionando tudo isso com o termo empoderamento, definido anteriormente, as mulheres foram conscientizadas, pois, de um pensamento ingênuo, passaram a ter raciocínio crítico, ou seja, tomaram posse do real. Foi com a leitura e aquisição de todos esses elementos que a mulher conquistou seu espaço na sociedade com direito à liberdade de expressão.

4 A MULHER INSERIDA NA EDUCAÇÃO

Ao conquistar o direito de ler, a figura feminina passou a ser temida pelo universo masculino, pois as mulheres, que antes eram subordinadas, agora se rebelavam contra as doutrinas que lhes subjogavam, pelas quais eram vistas como submissas aos homens e restritas às tarefas domésticas. Dos livros que liam, adquiriam conhecimento e cultura, o que contribuiu no processo de emancipação feminina. A leitura trouxe às mulheres o poder de enunciação, então elas finalmente podiam dizer o que pensavam e, por meio da linguagem, expressavam seu ponto de vista em relação à sociedade. É através da leitura e da escrita que a mulher oprimida vai lutar pela libertação da opressão dos homens.

Mesmo havendo a conquista de seu objetivo, as condições de leitura da mulher sempre foram difíceis. Na leitura das mulheres encontrava-se a literatura, mas foram proibidos alguns gêneros e preferências que eram considerados viciantes e desviariam suas atenções dos cuidados familiares. As leituras de folhetins e as histórias de fantasia também eram banidas, já as preferências eram voltadas à moral e à religião, que mantinham a mulher na sua função. A estante delas continha leituras que as ajudavam na educação dos filhos e nas tarefas do lar. Os folhetins e os romances indicados às mulheres eram aqueles em que a protagonista feminina desfrutava de grandes amores, fortalecendo a imagem da donzela indefesa que passava a vida toda à espera de seu príncipe salvador e de como era “maravilhoso” ser subordinada ao homem. As transformações sociais do período foram satirizadas por Molière, como descrito no trecho abaixo de Lajolo e Zilberman (1996, p.237-238):

[...] Molière diverte-se apresentando à plateia parisiense os perigos resultantes da nova situação: As *sabichonas* tomam conta da casa, dominam os maridos e largam as tarefas domésticas. Antes, o teatrólogo denunciara essas tendências em *Les précieuses ridicules*, sua comédia de estreia em 1658, que alerta para o risco de as jovens mostrarem pendores intelectuais: sonham com casamentos idílicos, recusam prosaicos noivos burgueses e enlouquecem pais outrora sensatos, sugerindo a popularidade da questão já no século XVII e o vínculo do autor com a nova condição do público leitor, dominado em parte pelas preferências das mulheres (1996, pág. 237-238).

Apesar de todos os esforços, inevitavelmente, o surgimento da mulher leitora refletiu na literatura e as mudanças foram rápidas. A literatura teve de se adaptar para acolher esse novo público leitor que não estava habituado a ler as grandes obras e que não podia ler temas considerados inadequados. Muitos jornais e revistas aproveitaram esse novo cenário para publicarem escritos voltados especialmente para as mulheres e que valorizassem, por exemplo, a importância das ações de mãe, companheira, dona de casa e religiosa. Os gêneros que eram considerados viciantes, como as histórias de fantasia ou que pudessem desviar a atenção da mulher do lar, eram terminantemente proibidos. Sendo assim, surgiram novos gêneros que tinham por característica a “rapidez” e, por serem considerados “leitura de mulher”, não eram vistos como grande literatura.

O aprendizado que elas conquistaram não foi bem aceito, pois havia receio em relação a isso. Essa desconfiança aumentou mais ainda quando as mulheres organizaram manifestações feministas em busca do direito ao voto e à educação básica e acadêmica. Depois de se tornar leitora, a mulher passa a produzir textos a fim de reivindicar seus direitos e vai em busca de sua inserção na educação tanto como aluna quanto como educadora.

A dama brasileira vivia em um confinamento ao lar e era alimentada de ignorância intelectual. Cabia à mulher cuidar apenas dos afazeres domésticos, do marido, procriar e dar educação primária aos filhos. E foi levando em conta este último fator que o papel feminino na educação foi colocado em discussão, por intermédio do argumento de que as mães eram as primeiras “professoras” das crianças, já que eram elas que ensinavam as primeiras noções da língua e os valores morais e éticos. Educar uma mulher seria o mesmo que ensinar um homem, pois, quando mãe, ela passaria ao seu filho o que havia aprendido.

Tais fatores despertaram a sociedade e fizeram com que a população feminina fosse inserida no ensino. O processo de educação feminina ocorreu lentamente e durante muito tempo houve limite para o ingresso da mulher na escola, visto que ela era ensinada com aulas particulares na sua própria casa, no lar das professoras ou em conventos.

Algumas dessas mulheres foram em busca do objetivo de estudar e ensinar em um local formal. Apesar do receio, houve um espaço para elas na legislação e o primeiro

pronunciamento oficial a respeito da educação feminina no Brasil ocorreu na Lei 15 de outubro de 1827, contendo três artigos a respeito das meninas:

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres (BRASIL, 1827, p. 72).

O acesso à educação aconteceu no século XIX, período da ascensão da burguesia, o que significava que havia uma nova camada social emergindo no país. Essa nova classe que por influência da Corte instalada no país a partir de 1808 e de notícias veiculadas nos jornais da época passou a acreditar que seria melhor para a construção da sociedade que se educassem as mulheres assim como nas “civilizações modernas”. A educação das mulheres era um passo para o progresso social da nossa nação. Essas ideias eram ligadas aos interesses políticos da época tornando a educação feminina não uma obra visando ao progresso social, mas sim uma manobra política.

Mesmo depois do decreto autorizando as moças a frequentarem a escola, a ideia não foi aceita de bom grado e, muito menos, tratada com seriedade, visto que a educação oferecida às meninas era superficial e visava prepará-las apenas para a vida doméstica, como o bordado. Também eram fornecidos conhecimentos que em nada lhes serviriam, como as línguas estrangeiras, uma vez que o material de leitura ao qual tinham acesso era controlado pelo patriarca da família e era sempre constituído de romances, folhetins, manuais sobre etiqueta e bons costumes e bíblias. Eram educadas, aprendiam a ler e escrever, mas permaneciam ignorantes, nada sabiam a respeito de geografia, história ou política, já que esse ensino lhes era vedado, conforme citado no Art. 12, onde podemos encontrar o sexismo predominante: é discriminado o que as meninas e os meninos deveriam aprender em relação às matérias.

Elas sabiam francês, mas não tinha acesso a quase nenhuma obra em língua francesa, já que até mesmo as obras em língua portuguesa consideradas “adequadas” eram limitadas e controladas pelos patriarcas. Sabiam de música apenas o básico, nada que lhes tornasse aptas a desenvolver uma conversa plena sobre o assunto ou a tocar algum instrumento. A educação feminina era composta de “adornos”, conteúdos inúteis com o intuito de não despertar “ideias

erradas” nas jovens, doutrinando-as a continuar seguindo a linha de pensamento machista e patriarcal da época.

Como havia sido imposto que apenas mulheres poderiam dar aulas às meninas, acaba por surgir uma nova oportunidade profissional para a mulher. Essas mulheres, na maioria dos casos, tinham conhecimentos em educação primária e, sendo assim, transmitiam às pequenas e às moças o pouco que sabiam sem se apoiarem em nenhuma metodologia. Na verdade, não se tratava de uma sociedade abrindo as portas do mercado de trabalho para mulher, mas sim de suprir a falta de mão de obra que acontece devido a essa imposição.

Havia também outro fator: as mulheres não podiam frequentar cursos de ensino superior e raras eram as instituições em que podiam obter habilitação em magistério. Ou seja, as professoras dispunham de pouquíssimo conhecimento para ensinar e não havia meios de se obterem maiores instruções. Até mesmo o ensino secundário era pouco procurado pelas meninas e a devastadora maioria não continuava os estudos. Realizavam o primário e depois disso voltavam para a vida doméstica, onde eram preparadas para assumir as funções do lar.

Entretanto, a sociedade precisava de alguém com experiência e conhecimento para educar crianças na escola, então houve a união da mulher e da educação. A solidariedade, sendo da mulher uma característica, também foi um ponto de imenso valor para a conquista da responsabilidade feminina na instrução. Os alunos as viam como mães, demonstrando que, mesmo fora de casa, as professoras continuavam a realizar seus deveres domésticos e maternos, tornando-se não mais dependentes dos homens.

A mulher sabia como ensinar porque já ensinava seus filhos, mesmo não tendo formação. O conhecimento de mundo que ela carregava somada a sua formação docente agregaram ao ensino o que faltava: dedicação materna. Essa dedicação era importante porque assim os alunos confiariam na figura educadora e tomariam a escola como seu segundo lar, um lar agradável e familiar.

A liberdade proporcionada pela leitura fez com que a mulher buscasse seus talentos, ela descobriu-se nas artes, na música e na pintura, esses que antes só lhe eram ensinados superficialmente, porém foi na educação que percebeu que o ensino era sua vocação. Isso se deve ao cuidado que ela sempre dedicou aos filhos. Trazer esse afeto materno para a educação foi um sucesso feminino, pois, mostrando sua capacidade de educar, as mulheres passaram a ser respeitadas no meio em que viviam, contradizendo a sociedade patriarcal, que acreditava que elas seriam perigosas se fossem inseridas na educação.

A idealização da mulher e a necessidade de uma figura feminina na educação valorizaram as próprias mulheres e assim tornaram-nas leitoras e escritoras ativas, dignas de

atenção, não mais ignoradas ou marginalizadas. Tal foi o sucesso da mulher na educação que ensinar passou a ser associado à função feminina. A mulher instruída e formada passou a assumir o papel de educadora na sociedade. Aprender para ensinar, *aqui está o compromisso da mulher*.

Contudo, na lei criada para a educação feminina, em seu Art. 12, há um marco do machismo da época, principalmente, no que diz respeito às mestras: elas deveriam ser capazes de comprovar sua honestidade, enquanto que não há nenhum tipo de exigência para os mestres. Já no Art. 13, diz-se que as mestras receberiam os mesmos ordenados que os mestres, entretanto a própria legislação que a sucedeu abriu uma brecha para que as mulheres docentes ganhassem menos que os homens.

5 REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA

A leitura foi uma das etapas do empoderamento feminino através da educação, depois de as mulheres conquistarem seu espaço como leitoras e educadoras, seguiu-se outra problemática: a representação das mulheres na literatura. Em decorrência de a educação ser uma porta que foi aberta recentemente, quando começou a ler, a mulher começou a se questionar porque todas as mulheres sobre as quais ela lia eram escritas por homens, uma vez que as mulheres ainda não podiam escrever, eram apenas idealizadas e ditadas pela mente masculina.

É a partir do domínio da linguagem, da leitura e da escrita que as mulheres vão tomando consciência do mundo à sua volta e da posição que ocupam nele. E é na literatura que elas encontraram forças para lutarem pela sua causa e por meio da escrita ganharam voz e espaço. Também através desses escritos, conquistaram espaço nas mídias, tornando-se, finalmente, participantes da sociedade que até então as tratava como incapazes. Enfim, pela literatura, começaram a falar por si mesmas, a ser representadas no meio literário feminino. Não mais dependiam dos autores masculinos com seus estereótipos da representação feminina, pelos quais eram retratadas por eles, na maioria das vezes, de maneira a satisfazer a imaginação dos leitores e como personagens protagonistas femininas submissas aos homens.

O espaço na literatura para o público feminino também foi uma conquista social. Em 1840, começou o período “*the feminine phase*”, em que as autoras iniciaram no âmbito literário com o título de “Mrs.”, para serem consideradas leituras apropriadas, porque apenas as senhoras casadas podiam ter livros publicados. Muitas mulheres tinham que usar pseudônimos masculinos para que suas obras fossem reconhecidas e respeitadas, isso porque

havia indeferimento no que diz respeito a escritos femininos, tanto para recolher seus textos quanto para editá-los. Os escritos delas também eram deixados de lado, uma vez que prevaleciam indicações de livros masculinos e as representações de personagens femininas eram relegadas a um segundo plano. Se bem que esses últimos pressupostos ainda são encontrados na prática acadêmica atual.

Apesar de estar incorporada à esfera habitual masculina, a mulher ainda obedecia a ordens e aceitava os valores patriarcais. Em busca de um espaço nesse ramo, ela cedia aos modelos tradicionais do homem, o que a prejudicava, pois internalizava e reproduzia os padrões masculinos, porém isso também a ajudava, de certa forma, a conquistar esse campo.

Na “fase feminina”, os temas sobre os quais as mulheres podiam escrever eram determinados pelo poder literário patriarcal e elas ainda eram criticadas por escreverem apenas romances leves e voltados para a vida doméstica. Essa tática determinava razões para que as mulheres escondessem ou não escrevessem em seu verdadeiro estilo.

Ser escritora era considerado não feminino e não cristão, por isso a maioria das grandes escritoras de literatura manteve-se no anonimato e assim foram perdidos muitos nomes femininos significativos e algumas obras foram reconhecidas e publicadas somente posterior ou até postumamente. Independentemente de não serem admitidas por essa sociedade, as autoras, com suas produções literárias, trouxeram inovação e importância para a escrita de mulheres, a qual se expandiu e conquistou novas possibilidades e grandes nomes femininos para a literatura.

Somente em meados da década de 70, as mulheres passaram a escrever para mulheres lerem, foi aí que aumentaram os livros voltados para o público feminino. O ato de ler produzia significado diferente para quem lia, seja homem ou mulher, isso se deve às vivências do indivíduo relacionadas às afinidades encontradas no livro. Dessa forma, a escrita feminina estava a um passo de sua consolidação na literatura.

Ainda assim, a representação feminina na literatura era considerada, em parte, uma escrita mais simples e de fácil acesso, pois se acreditava que não era preciso muito estudo, como nas outras artes: música e pintura. As artes foram os meios de representações dos talentos femininos e contribuíram para seu progresso social.

A “fase feminista” (“*The feminist phase*”) iniciou-se em 1880 e coincide com o vislumbre do feminismo, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. A conquista do direito ao voto influenciou o protesto das escritoras na literatura e então elas se revoltaram contra o poder patriarcal e passaram a rever o valor da mulher na sociedade sempre questionando o que lhes era imposto e acrescentando mudanças sociais em suas obras. Esse

foi o marco da independência feminina na literatura, em que havia autonomia e originalidade em seus escritos. Elas passaram a questionar outros direitos sociais e ganharam espaço no mundo das letras, no qual puderam expressar sua opinião sobre cultura e ser ouvidas.

A última fase, “*The female phase*”, teve início em 1920 e se estende aos dias atuais. Esse período foi notável para as mulheres pela busca de escrever por suas próprias vozes, essa foi a descoberta de suas identidades literárias. Também houve para as escritoras a conquista de igualdade de trabalho e a investigação da sexualidade.

O artigo “Histórias de escrita e leitura de mulheres (séculos XIX e XX)” demonstra melhor a influência e o empoderamento estabelecido pela leitura para o público feminino:

Ponto pacífico nos estudos atuais é o entendimento de que o convívio com os livros e o contato com as letras permitiram às mulheres no Brasil a ampliação dos seus afazeres, até então circunscritos, o domínio do código da cultura letrada aumentou as alternativas de convivência em um sistema de gênero historicamente desigual. Na condição de leitoras, direito conquistado em meio a contendas e limites, as senhoras e senhoritas das elites foram construindo um projeto de cidadania feminina, até hoje inconcluso, que redesenhou uma certa visibilidade, proporcionando o exercício de funções na esfera extra-doméstica até então inimagináveis: publicação de produções literárias, colaboração em periódicos brasileiros e estrangeiros, edição de jornais femininos, fundação de academias, admissão nos institutos e academias de letras, participação em movimentos sociais (LEITE, 2005, não paginado).

6 EXEMPLOS DE MULHERES EMPODERADAS PELA LEITURA

Sabendo que a leitura tem o “poder” de empoderar pessoas, a seguir, encontram-se exemplos do empoderamento feminino regidos pela leitura.

6.1 Empoderamento de personagem real

Um exemplo real da leitura como meio de empoderamento feminino é encontrado na experiência de vida de uma grande mulher brasileira.

É latente a necessidade de falar sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida em 1810, no Rio Grande do Norte, foi pioneira no feminismo brasileiro, não apenas isso, também foi “[...] uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada ‘grande’ imprensa” (DUARTE, 2010, p.12). Sua primeira publicação data de 1832, **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**, a obra é uma “tradução livre” baseada principalmente em *Vindications of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, mas com influências de outras autoras estrangeiras também. Na

realidade o que Nísia fez foi absorver os conceitos estrangeiros e adaptá-los ao contexto brasileiro, juntamente com suas experiências pessoais, desenvolvendo um livro único e não uma mera tradução.

Seu texto é o primeiro no Brasil a “tratar dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito” (DUARTE, 2010, p.12) e a trazer para a realidade nacional a onda feminista que vinha da Europa. Nísia foi uma brasileira ímpar em diversos sentidos, grande militante da educação feminina, reconhecia seu privilégio de ser uma mulher letrada em sua época, usava seu conhecimento para disseminar as ideias com as quais teve contato em suas viagens à Europa. Além de lutar pela educação do sexo feminino, defendia os índios e mais tarde assumiu também sua posição a favor da abolição. Nísia Floresta escrevia para “formar e modificar consciências”.

Nísia passou um longo tempo fora do país e, além-mar, teve contato com diversos autores renomados como Vitor Hugo e Alexandre Dumas (pai). Não bastasse a grande contribuição de seus escritos, foi uma das primeiras mulheres brasileiras a possuir um colégio, até então as donas de colégio eram, em sua maioria, estrangeiras. O Colégio Augusto era uma escola para meninas considerada inovadora, trazia um método não muito comum ao seu tempo: prezava pelo ensino das línguas estrangeiras, da história e geografia do país e a prática da educação física, deixando as matérias relacionadas às prendas domésticas em segundo plano.

No livro **Nísia Floresta** (2010), Constância Lima Duarte explica as motivações de suas obras e suas ideias tidas como inusitadas para o seu país:

A utopia feminista que moveu inúmeras mulheres no século XIX, na Europa e nas Américas, e via a educação como a condição primeira e fundamental para a libertação da mulher, da situação de opressão e de submissão em que se encontrava, também parece ter contaminado a obra de Nísia Floresta (2010, p. 15).

6.2 Empoderamento de personagem literária

A fim de exemplificar a influência da leitura na vida e no comportamento das mulheres que se atreveram a adentrar esse universo, que até então era exclusivamente masculino, será analisada a obra de Gustave Flaubert, renomado autor da literatura universal. Em sua obra mais famosa, são claros os traços da emancipação feminina motivada pela leitura.

Em **Madame Bovary** (2007), com liberdade de expressão literária, Flaubert cria a personagem Emma Bovary, uma jovem que fantasia sua vida com sonhos e cria imagens românticas para fugir da sua realidade, pois tinha uma vida repleta de insatisfações. Tudo isso começou quando a heroína ainda era menina: uma moça que ia sempre ao convento, onde Emma ficou por um tempo, levava fofocas e romances escondidos para as pensionistas. A partir desses dias, a protagonista devora os livros tornando-se uma moça que sonha com paixões extasiantes as quais mantém com ela a vida toda.

A moça se casa com o médico viúvo Charles Bovary e percebe que seu relacionamento não é aquele que ela havia programado, com paixão e felicidade, então influenciada pela leitura de seus romances, Emma procura incessantemente pela sua plena felicidade. A jovem encontra Léon, um amante para viver suas emoções, apesar de estar apaixonada por ele, não demonstra, pois acredita que para viver sua vida como nos romances é preciso que fique sozinha, só assim poderá sonhar com suas paixões.

A busca da felicidade e a satisfação de seus desejos, divergentemente, trouxeram à personagem prejuízos, Emma acabou com a reputação médica do marido, perdeu seus amantes, afundou-se em dívidas e para acabar com esses problemas busca a morte como solução, tirando a própria vida. Após um tempo, Charles, fracassado, também morre e deixa a filha reduzida ao caos e morando com uma tia pobre, após a avó também falecer.

Com o exemplo na literatura mais marcante pela influência do ato de ler pode-se perceber o quanto a mulher foi regida pelo empoderamento feminino, apesar de que nesse caso o resultado foi negativo. **Madame Bovary** (2007) foi uma obra influenciadora para a busca da liberdade e dos direitos iguais de diversas mulheres do mundo todo no século XIX, ainda que a personagem Emma Bovary fosse vista com o arquétipo do adultério feminino, uma transgressão para a literatura da época.

7 CONCLUSÃO

A mulher destruiu tabus e alguns dos estereótipos que lhe foram atribuídos ao longo da história e, não satisfeita por ter conquistado o direito de lecionar, de ler e escrever, ela foi além, passou a publicar textos que continham questões que reivindicavam a igualdade de produção e publicação de manuscritos literários e, mais tarde, o direito à educação superior e ao sufrágio. Bastava de ser descrita e representada na literatura por homens, queria ser a autora dessas representações, queria falar por si mesma. Tudo isso foi influenciado pela leitura.

Entretanto, as primeiras mulheres a alcançarem o mercado editorial tiveram que usar pseudônimos masculinos, para que suas obras recebessem atenção, já que era inimaginável que uma dama tivesse a capacidade de produzir textos no mesmo nível que os homens, por isso, esse processo foi lento, porém granjeado pelo universo feminino com vigor. Visto que passam a surgir também periódicos visando a este público e, o mais importante, dirigidos por mulheres.

Apesar da recém-adquirida liberdade, a mulher, agora menos dependente, continuava tendo que cumprir suas obrigações de mãe, esposa e dona de casa. Ainda que tivesse aberto novas oportunidades de trabalho ao lecionar, a sociedade criava empecilhos perante essa nova função a ser exercida. Por exemplo, as mestras deviam demonstrar e comprovar honestidade, enquanto os mestres não eram regulados de maneira alguma pela sua conduta, bastava-lhes que tivessem as graduações necessárias. Essa marca do machismo prejudicou durante muito tempo o acesso e permanência do feminino na educação.

Mesmo diante de todas essas divergências e restrições, o papel feminino na educação foi conquistado e reconhecido pela forma como as mulheres ensinavam a seus filhos a língua, os valores morais e éticos e como conduziam o lar. A solidariedade, sendo da mulher uma característica, também foi um ponto de imenso valor para a conquista da responsabilidade feminina na instrução. Desde então, é inegável a presença das mulheres na educação formal.

A leitura transformou a história das mulheres e é através dela que a mulher conquistou seu espaço na sociedade. Isso fez com que ela fosse reconhecida como cidadã, podendo, assim, lutar com mais afinco por seus direitos. Após o movimento feminista de emancipação e de cidadania, a influência desse empoderamento melhorou a qualidade de vida das mulheres, cedeu a elas dignidade humana, força pessoal, poder de governança, maior habilidade na prestação de serviço e responsabilidade social. Em outras palavras, o feminino foi emancipado, tornou-se independente e, graças a esse empoderamento, a mulher passou de submissa a ativa, passou a ocupar papéis na política, na educação, no mercado de trabalho e até mesmo na guerra.

Incrivelmente, o que no passado era só para homens, hoje a maior parte de leitores é mulheres. Apesar de não ter tido acesso à leitura há tanto tempo quando os homens e ter que se empenhar durante toda sua trajetória em busca de liberdade, a mulher ocupa hoje o lugar de maior leitora do mundo, ainda que seja a que desfrute de menos tempo livre. Segundo uma pesquisa realizada pelo instituto Pró-Livro, em 2015, cerca de 52% do público leitor no Brasil era feminino (FAILLA, 2016, p.176). O ato de ler passou a ser, por vezes, associado ao sexo

feminino, talvez em razão de as virtudes associadas ao exercício e ao domínio da linguagem (inteligência, sutileza, fineza, imaginação) serem tidas como características femininas.

E o mais importante é que “[...] sobretudo, e talvez um pouco paradoxalmente, a leitura constituía um dos atributos da autonomia que eu lhes atribuía” (PETIT, 2008, não paginado). A luta da mulher vai muito além da educação e ainda não acabou e não se pode dizer se algum dia terminará. Mas cabe a todos os indivíduos conscientes lutarem pelo empoderamento e pela libertação dos oprimidos, construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Encerra-se com uma passagem de Paulo Freire (1996, p. 59-60):

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

READING AS MEANS OF FEMALE EMPOWERMENT

ABSTRACT

Reading is one of the most important factors in female empowerment. The woman reader begins to act in society in order to acquire knowledge that was once owned by men. Through the texts of authors of the area of the history of reading and the history of literature, it was possible to discuss the trajectory of the woman reader. This article aims at discussing the difficulties faced by women and their relationship with education in a patriarchal society and reflect on the changes in their lives since becoming a reader, always aiming at the role of reading in the process of female empowerment. The work was done through bibliographic review. Reading was a determining factor in female emancipation. When entering the universe of books, long restricted to men, women also began to acquire encyclopedic knowledge, not just those from everyday life. For a long time, women's social participation was restricted to the care of the home and children. Even after acquiring the right to school, the woman still faced several mishaps along the way; it was with the reading that she became critical and questioning about her position in the society in which she lived. It was possible to verify that, after many battles, the woman conquered the right to an education equal to the one of the man and reading was one of the main weapons in this conquest. Her struggle, however, has not ended, as she is currently living in societies still marked by male chauvinist.

Keywords: Woman. Education. Empowerment. Reading.

REFERÊNCIAS

ABATE, F. **The Oxford Dictionary and Thesaurus American Edition**. New York, Oxford: Oxford University Press Inc, 1996 apud KAAS, L. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. In: PROGRAMA COMUNICARTE DE RESIDÊNCIA SOCIAL, [S.I], [2006?]. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

AGUIAR, V. T.; BORDINI, M. G. **Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série Novas Perspectivas, 27).

BERUBE, M. S. **The American Heritage Dictionary of the English Language**. Boston and New York: Houghton Mifflin Company, 2004. Disponível em: <<http://www.bartleby.com/61/>>. Acesso em: 09 abr. 2006 apud KAAS, L. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**. In: PROGRAMA COMUNICARTE DE RESIDÊNCIA SOCIAL, [S.I], [2006?]. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

BRASIL. **Atos do Poder Legislativo**. In: COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, Rio de Janeiro, RJ. V.1, pt. I, p. 72, de 15 de Outubro de 1827, 6º da Independência e do Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>>. Acesso em: 03 ago. 2016

DUARTE, C. L. **Nísia floresta**. Recife: Massangana, 2010.

FAILLA, Z. (Org.) **Retratos de leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: <prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016

FLAUBERT, G. **Madame Bovary: costumes de província**. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

KAAS, L. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**. In: PROGRAMA COMUNICARTE DE RESIDÊNCIA SOCIAL, [S.I], [2006?]. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

LEITE, M. M. da S. B. Histórias de escrita e leitura de mulheres (séculos XIX e XX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (História: guerra e paz), Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/428MarciaMariaLeite.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016

PETIT, M. **Os jovens e a leitura:** uma nova perspectiva. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008. Disponível em: <stoa.usp.br/brunafs/files/-1/16099/Os_Jovens_e_a_Leitura_-_Mich_le_Petit.doc>. Acesso em: 23 jul. 2016

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005 *apud* KAAS, Leila. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**. In: PROGRAMA COMUNICARTE DE RESIDÊNCIA SOCIAL,[S.l], [2006?]. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016

ZINANI, C. J. A. Crítica feminista: lendo como mulher. In: Revista Fronteiraz, São Paulo, n. 7, dezembro de 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistafronteiraz/numeros_anteriores/n7/download/pdf/artigos_Cecil.pdf> Acesso em: 03 ago. 2016